

# PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL, SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E EXTRAÇÃO DO MAIS-VALOR NA ECONOMIA DEPENDENTE, SEGUNDO RUY MAURO MARINI

## STANDARD OF REPRODUCTION OF CAPITAL, OVEREXPLOITATION OF LABOR AND EXTRACTION OF MORE-VALUE IN THE DEPENDENT ECONOMY, ACCORDING TO RUY MAURO MARINI

Wendell Magalhães<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho visa elucidar a gênese e o desenvolvimento da categoria teórica intitulada *padrão de reprodução do capital* em Ruy Mauro Marini – um dos principais autores da versão marxista do que se convencionou chamar Teoria da Dependência – e de como tal categoria se ampara, quando se trata de economias dependentes, no que Marini designa por *superexploração do trabalho* e nas diferentes formas de *extração de mais-valor*; formas essas já elucidadas por Marx, em maior nível de abstração, em sua obra magna, *O Capital*. Para isso, recorre-se à revisão bibliográfica dos principais textos de Ruy Mauro Marini que versam sobre tal temática – como é o caso de *Dialética da Dependência* (1973), *O ciclo do capital na economia dependente* (1979) e *Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile* (1982) –, com o fim de se fazer uma síntese teórica que avance no desenvolvimento da categoria *padrão de reprodução do capital*, ao tempo que se vislumbra a possibilidade de seu uso na análise dos novos fenômenos do capitalismo contemporâneo. Tal empreitada se sugere pelo grau de atualidade que se reconhece na Teoria Marxista da Dependência, com relação ao estudo do capitalismo contemporâneo; e pela adequabilidade das categorias e conceitos que ela oferece para análise de economias dependentes, como as latino-americanas, posto que é justo a necessidade dessa análise que explica o fato dessa teoria ter surgido em meados da década de 1960, em contexto de nova ofensiva do capital internacional nessas economias.

---

<sup>1</sup> Bacharel e Mestre em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA).  
E-mail:wendell10magal@hotmail.com

**Palavras-chave:** padrão de reprodução do capital, superexploração do trabalho, mais-valor, ciclo do capital, dependência.

**Abstract:** This paper aims to elucidate the genesis and development of the theoretical category entitled standard of reproduction of capital in Ruy Mauro Marini – one of the main authors of the Marxist version of what was called Dependency Theory – and how this category is based, when it comes to dependent economies, in what Marini calls overexploitation of work and in the different forms of more-value extraction; forms already elucidated by Marx, at a higher level of abstraction, in his magna work, *The Capital*. For this, we use the bibliographic review of the main texts by Ruy Mauro Marini that deal with this theme – as is the case of *Dialectic dependence* (1973), *The cycle of capital in the dependent economy* (1979) and *Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile* (1982) – in order to make a theoretical synthesis that advances in the development of the standard category of reproduction of capital, at the time that one glimpses the possibility of its use in the analysis of the new phenomena of contemporary capitalism. This work is suggested by the degree of topicality that is recognized in the Marxist Theory of Dependence, in relation to the study of contemporary capitalism; and the adequacy of the categories and concepts it offers for the analysis of dependent economies, such as Latin American economies, since it is fair the need for this analysis that explains the fact that this theory emerged in the mid-1960s, in the context of a new offensive of the international capital in these economies.

**Keywords:** capital reproduction pattern, overexploitation of work, over-value, capital cycle, dependency.

## 1 INTRODUÇÃO

Ruy Mauro Marini, como um dos principais autores da versão marxista da Teoria da Dependência, ao empreender o exercício teórico que dá fruto a sua obra a respeito do capitalismo dependente, nos fornece uma das mais brilhantes maneiras de pensar a conformação da lei geral do capitalismo em espaço específico e contexto histórico determinado. No caso aqui em questão, nos referimos à América Latina, desde sua integração ao mercado mundial como economia exportadora, passando por sua industrialização, e, por fim, conformando uma nova realidade que

a submete ao capitalismo mundializado, o qual se expande a partir dos monopólios e das multinacionais, logo após a Segunda Guerra Mundial<sup>2</sup>.

Marini esclarece esse movimento histórico na sua obra **Dialética da Dependência** (1973), que complementada pelo **Ciclo do Capital na Economia Dependente** (1979) e por seu *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital* (1979), fornecem meios de desenvolver uma nova forma de pensar o capitalismo dependente levando em conta os problemas atuais. Esse trabalho, buscando dar os primeiros passos nessa tarefa, procurou perscrutar, a partir dos textos mencionados, as bases para a elaboração de uma categoria que se reputa de suma importância para se estabelecer a mediação entre as leis mais gerais de desenvolvimento do modo de produção capitalista, tal como se encontra na teoria do valor em Marx, e a conformação dessas leis em tempo e espaço determinado. Estamos nos referindo à categoria *padrão de reprodução do capital*. Categoria esta que aparece no trabalho *Sobre el patrón de reproducción de capital em Chile* (1982) de Marini, porém pouco fundamentada teoricamente nesse primeiro momento<sup>3</sup>, só a encontramos melhor desenvolvida nos trabalhos mais recentes de Jaime Osorio (2012, 2014).

---

<sup>2</sup> Osorio (2012) periodiza esse percurso histórico por que passa a América Latina, conforme ela é incorporada ao desenvolvimento do capitalismo mundial e passa a obedecer suas leis de maneira cada vez mais rigorosa, deixando para trás os modos arcaicos e tradicionais de produção, mas, por influência de seus resquícios, obedecendo as leis do capital de maneira cada vez mais própria [numa palavra, como diz Marini (1973), *sui generis*], conforme segue: (i) Padrão agromineiro exportador, que abrange o período de tempo da independência até a segunda década do século XX; (ii) padrão industrial, da segunda metade dos anos 1930 até meados dos anos 1970 – o autor subdivide esse período em duas partes, a primeira denominada etapa internalizada e autônoma, que caracteriza até os anos 1940, e a etapa de integração ao capital estrangeiro, a partir dos anos 1950; (iii) padrão exportador de especialização produtiva, que se inicia em meados dos anos 1980 e se estende ao presente.

<sup>3</sup> Marini, no trabalho em questão, em definição muito genérica ainda, dirá simplesmente que o padrão de reprodução do capital no Chile se refere à “relação entre as estruturas de acumulação, produção, circulação e distribuição de bens”. Cf. MARINI, R. M. *Sobre el patrón de reproducción de capital em Chile. Cuadernos de Cidamo*. México D. F., n. 7, 1982, tradução nossa. Disponível em: <[http://www.mariniescritos.unam.mx/061\\_reproduccion\\_capital\\_chile.html](http://www.mariniescritos.unam.mx/061_reproduccion_capital_chile.html)>. Acesso em: 3 nov. 2018.

Ao desvelar as bases conceituais para o futuro trabalho de tal categoria, esse trabalho se concentra em elucidar o percurso teórico que Marini fez até dar início aos textos que a mencionam e tentam trabalhá-la mais efetivamente. Nesse sentido, primeiramente buscamos deixar claro o método utilizado por Marini na elaboração do que ele intitulou como **dialética da dependência**; e como o movimento que a conforma tem como central a categoria **superexploração do trabalho**, conferindo as bases para o processo de formação da chamada *economia exportadora*, logo após a integração desta ao mercado mundial. Na seção seguinte, nos concentramos em desvelar o conceito de **ciclo do capital** e como ele se conforma no contexto da economia exportadora e, posteriormente, no contexto da economia dependente industrializada, até dá lugar ao momento em que essa economia passa a sofrer interferência direta do capital estrangeiro. Por fim, buscamos sintetizar o amparo do ciclo do capital na economia dependente na superexploração do trabalho, e como o trato desses assuntos nos permite fixar as bases da categoria **padrão de reprodução do capital**, sugerindo-lhe possíveis formas de aplicação. Esperamos ter cumprido, minimamente, com a tarefa que aqui nos impomos.

## 2 ADIALÉTICADADEPENDÊNCIAEASUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Antes de tudo, a respeito do nascimento da Teoria da Dependência, cabe pontuar que, no contexto em que ela surge, havia a necessidade de

(...) uma revisão profunda no enfoque da nossa [América Latina] história, procurando mostrar que as relações escravistas e servis foram estabelecidas pelo capital comercial, que se combinou posteriormente com os interesses do capital industrial moderno, que necessitava de matérias-primas e de produtos agrícolas a preços baixos. Gerou-se então um tipo de servilismo e de escravismo modernos, muito diferente do escravismo clássico ou do regime servil feudal. Era necessária uma rediscussão profunda sobre o passado pretensamente feudal da região” (SANTOS, 2015, p.78).

Ruy Mauro Marini, se incumbindo dessa tarefa, sintetiza esse fenômeno ao desenvolver a concepção de uma “economia exportadora”, presente em seu **Dialética da Dependência** (1973), e que se ampara na explicação de como essa economia, que caracteriza a América Latina, primeiramente se integra ao mercado mundial e assim desenvolve o fenômeno da troca desigual, detectado pela teoria cepalina a partir da concepção da deterioração dos termos de intercâmbio, mas que tem seu segredo explicado, para além da superfície, na transferência de valor (ou de mais-valor) que se opera entre economias com diferentes graus de industrialização. Nesse sentido é que Marini se pauta na perspectiva marxista para explicar tal fenômeno, pois é só a partir da visualização de como a lei do valor – tal qual se encontra desenvolvida na obra de Marx – se faz presente em economias dependentes, as subordinando a sua lógica, que se faz possível captar a essência do problema que se sugere.

Fazer isso envolve, automaticamente, descartar a visão da América Latina como possuidora de um passado feudal para pôr no lugar a perspectiva de que a economia latino-americana é fruto do desenvolvimento do capital comercial, que se funde posteriormente com o industrial, da Europa. Na obra de Marini (2011a), portanto, a América Latina surge, primeiramente, como exportadora de metais preciosos e gêneros exóticos devido à expansão comercial europeia promovida no Séc. XVI. Contribui, assim, com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que promovem o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa; sustentam o sistema manufatureiro europeu; e propiciam a criação da grande indústria.

A Revolução Industrial, que ocorre concomitante às independências políticas ocorridas na América Latina no início do séc. XIX, é que dá surgimento a essa grande indústria, a qual tem seu berço na Inglaterra e, conseqüentemente, faz que a América Latina entre na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) como produtora e exportadora de bens primários, consumidora de manufaturas e fazedora de dívidas, a partir do

momento que obtêm um excedente comercial, por meio das exportações, suficiente para fazer e arcar com somas cada vez maiores dessas dívidas.

Segundo Marini, é dessa sua posição na DIT e das implicações que dela decorrem, que se configura a dependência: “[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.” (MARINI, 2011a, p. 134-135).

Mas o fundamental de se apreender a partir da integração da economia dependente ao mercado mundial, segundo Marini, posto que configura a essência mesmo da dependência, é que:

as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais valia absoluta para a de mais valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador (MARINI, 2011a, p. 138).

Ou seja, a América Latina não se limita a fornecer matérias-primas para os países desenvolvidos. Mais que isso, ela proporciona que as economias centrais desenvolvam tecnologia suficiente para ampliarem sua produção com foco no aumento de sua capacidade produtiva, ou seja, com o aumento de sua mais-valia relativa, em vez da simples exploração do trabalhador, que lhe extrai mais-valia absoluta. Essa última tarefa ficará a cargo dos países dependentes que, por meio de suas típicas tarefas, estendem e/ou intensificam a jornada de trabalho, e remuneram o trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho<sup>4</sup>. Nisso consiste uma

---

<sup>4</sup> Com isso, não se quer dizer, tal como faz a crítica de FHC a Marini, que a superexploração do trabalho nada mais é que mais-valia absoluta, ou seja, um aumento da exploração

maior exploração do trabalhador, a que Marini chamará de superexploração do trabalho, categoria explicitada melhor mais adiante.

Antes, no entanto, com base na lei do valor, cabe explicar como exatamente esse mecanismo que integra a economia dependente à divisão internacional do trabalho opera, fazendo surgir o fenômeno da **troca desigual**. Já vimos que “[...] mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais” (MARINI, 2011a, p. 140). Mas, a medida que essa mais-valia ou mais-valor relativo se converte em um montante maior de capital constante, decresce a taxa de lucro com o crescimento desse mais-valor, já que aumenta a composição-valor do capital, o que implica dizer que a integração da América Latina na DIT, via exportação de alimentos e matérias-primas industriais, provoca contradições no sistema capitalista mundial, pois afeta o motor central do investimento capitalista que é a taxa de lucro. Essas contradições vêm a ser contraposta por diversos procedimentos que, de um ponto de vista estritamente produtivo, “[...] se orientam tanto no sentido de incrementar ainda mais a mais-valia, no intuito de compensar a queda da taxa de lucro, quanto no sentido de induzir uma baixa paralela no valor do capital constante, com o propósito de impedir que o declínio se apresente.” (MARINI, 2011a, p. 141). Ou seja, o fornecimento de matérias primas industriais, em larga escala, ao baratear o capital constante que é composto,

---

em termos quantitativos. A superexploração do trabalho pode se identificar com a mais-valia absoluta, porém ela não se restringe a esta. Num primeiro momento, tal identificação ocorre no que se refere à economia exportadora, o que pode explicar o fato de FHC dizer que ela era somente mais-valia absoluta, dado que, inicialmente, ele só teve acesso à parte de *Dialética da Dependência* que versava sobre a economia exportadora e não lidava com o avanço das forças produtivas na região, advindo da industrialização (Ver *Memórias* (1990) de Marini). Entretanto, este último fenômeno tem seus efeitos analisados e relatados nos últimos capítulos de *Dialética*, tanto nos seus impactos causados ao ciclo econômico do capital em uma economia dependente, como na própria estrutura de produção dessa economia. Aqui, a superexploração do trabalho não se resumirá mais a uma diferença quantitativa da exploração, mas a uma diferença de grau que convive com o avanço das forças produtivas na região.

em parte, por essas matérias-primas, atua como contratendência à queda da taxa de lucro<sup>5</sup>.

Face à deterioração dos termos de intercâmbio em desfavor das economias dependentes, incluindo as latino-americanas, Marini indaga a respeito do porquê assim ocorrer, já que, claramente, o fenômeno da produtividade não era o responsável por desvalorizar seus produtos e, assim, depreciá-los, pois, nesses países, a produtividade era a que mais caminhava a passos lentos. Além disso, cabe a questão de o motivo desse fenômeno dos preços baixos dos produtos oriundos das economias dependentes não ter desestimulado a incorporação da América Latina na economia internacional.

Descartando as explicações simplistas que não enxergam a verdadeira natureza da questão que se encontra na base econômica, tais transferências, na visão de Marini, se dão pela permissão que o desenvolvimento das relações mercantis concede ao capital de burlar a lei do valor, mesmo que a partir da aplicação delas, por vezes<sup>6</sup>. Isso se dá na fixação dos preços de mercado e dos preços de produção das mercadorias. Alguns mecanismos operam no interior de uma mesma esfera de produção, seja essa esfera de manufaturados ou de matérias-primas (como o mecanismo das diferenças de produtividade entre as nações), e outros se dão em distintas esferas que se inter-relacionam. Foca-se nestes últimos por ilustrarem a transgressão das leis de troca que separa economias dependentes e economias desenvolvidas:

---

<sup>5</sup> Percebam o quão contraditória é a inserção da América Latina no desenvolvimento do capitalismo mundial. Como nos explicita Martins (2011), a Teoria Marxista da Dependência, da feita que toma por objeto o capitalismo dependente, inaugura e dá espaço para o desenvolvimento de uma teoria que reconstrói a interpretação a respeito do desenvolvimento do capitalismo mundialmente, posto que a anexação dos territórios dependentes à sua lógica modifica essa mesma lógica, inserindo-lhe elementos, características, processualidade e contradições novas.

<sup>6</sup> Este “burlar”, portanto, é somente aparente; em verdade, olhando de uma ótica mais ampla e profunda, ou seja, olhando para a essência do problema, ele consiste na verdadeira aplicação da lei do valor. Para esclarecer a diferença entre a essência e a aparência das relações capitalistas, recomenda-se a obra em dois volumes de Reinaldo Carcanholo: **Capital: essência e aparência** (2011, 2013), publicada pela editora Expressão Popular.

[...] transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas - o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade (MARINI, 2011a, p. 145).

Ou seja, a transferência de valor se dá pela via do monopólio das manufaturas por parte das nações industriais e pela maior produtividade dessas mesmas nações. Quando prepondera esse último caso, a transferência de valor ocorre duplamente. É só a partir desse fenômeno que Marini visualiza e coloca como central em sua obra a categoria “superexploração do trabalho”, pois esta se configura como mecanismo de compensação utilizado pelas classes dirigentes da economia dependente para fazer frente às transferências de valor que as desfavorecem, resultado da troca desigual no mercado internacional.

Sendo assim, a superexploração do trabalho pode ser considerada como uma forma que as classes altas da economia dependente têm de aceitar a perda de mais-valor para o exterior, por meio das relações de mercado, como fato inevitável e buscando a solução do problema no âmbito da produção interna. Ela se dá, assim, por meio da junção de três mecanismos que, em síntese, fazem com que o trabalho seja remunerado abaixo de seu valor nessa economia<sup>7</sup>. Esses mecanismos são: o aumento da

---

<sup>7</sup> O que não impede que hajam mais mecanismos a depender da conformação específica do capitalismo em cada economia dependente, como é o caso de um quarto mecanismo (não mencionado no *Dialética da Dependência*) em que sobe o valor da força de trabalho, entretanto o salário não acompanha tal subida. Em toda pesquisa empírica e histórico-concreta de economias dependentes é necessário, portanto, que se esteja atento à possibilidade da existência de outros tantos mecanismos que impliquem em superexploração do trabalho.

intensidade do trabalho (sem compensação salarial); o aumento da jornada de trabalho (também sem compensação salarial); e a redução do consumo do operário para além do seu limite normal, proporcionando que o fundo de consumo necessário do operário converta-se em fundo de acumulação de capital. Juntos, esses mecanismos implicam em não pagamento do valor da força de trabalho e caracterizam a economia dependente como espaço de maior extração do mais-valor da força de trabalho, sem o incremento de sua capacidade produtiva.

Nesse sentido, para manter o afã por mais-valor desmedido das classes dominantes dos territórios dependentes (desmedido porque costuma se pautar no quanto as classes dominantes dos países centrais se apropriam), a classe trabalhadora dos países dependentes deve ter um múltiplo do tempo de suas vidas dedicado ao trabalho em comparação aos territórios com relações capitalistas mais desenvolvidas; situação essa reforçada pela menor produtividade de suas nações.

A digressão feita até aqui serve para destacar como a conformação da chamada economia exportadora se faz calcada na – e, por isso, supõe o fenômeno da – superexploração do trabalho. Isso é importante na medida que, num primeiro momento, o que cabe destacar é que **Dialética da Dependência** analisa, antes de tudo, “[...] em que condições a América Latina havia-se integrado ao mercado mundial e como essa integração: a) funcionara para a economia capitalista mundial e b) alterara a economia latino-americana” (MARINI, 2011b, p. 86).

Ou seja, o que se é fundamental num primeiro momento do texto é:

[...] fixar a pauta em que há de ser conduzido este estudo, pauta que corresponde ao movimento real da formação do capitalismo dependente: da circulação à produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para voltar então a recolocar o problema da circulação. Porque é próprio do capital criar seu próprio modo de circulação, e/ou disso depende a reprodução ampliada em escala mundial do modo de produção capitalista [...] (MARINI, 2011a, p. 154).

Nesse contexto, a economia exportadora é vista como

[...] o processo e o resultado de uma transição ao capitalismo e como a forma que assume esse capitalismo, no marco de uma determinada divisão internacional do trabalho. [...] as transferências de valor que daí advinham não podiam ser vistas como uma anomalia ou um estorvo, mas, antes, como consequência da legalidade própria do mercado mundial e como um acicate ao desenvolvimento da produção capitalista latino-americana, sobre a base de duas premissas: a abundância de recursos naturais e superexploração do trabalho (que pressupunha abundância de mão de obra) (MARINI, 2011b, p. 86-87).

A industrialização que se efetiva posteriormente, responsável por mudar o caráter da economia dependente no momento que faz da indústria seu principal eixo de acumulação, se dará cheia de contradições e de maneira própria nessa economia, posto que baseada nas duas premissas apontadas acima.

Elaborada essa síntese de parte de um dos trabalhos mais importantes de Ruy Mauro Marini, o seu **Dialética da Dependência**, sobretudo no que diz respeito ao significado do conceito de “economia exportadora” e sua relação íntima e dependente com a categoria “superexploração do trabalho”, cabe adentrarmos nos temas que Marini introduz nas seções finais dessa obra (a industrialização, seus efeitos e o ciclo do capital, principalmente) e que só terão um trato mais maduro anos depois, quando Marini se encontra no México, e que pode ser visualizado em obras como **O ciclo do capital na economia dependente** (1979) e *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital* (1979); este último, considerado pelo próprio Marini, “[...]um complemento indispensável a *Dialéctica de la dependencia*, na medida em que expressa o resultado das investigações, que eu [Marini] começara no Chile, sobre o efeito da superexploração do trabalho na fixação da mais-valia extraordinária” (MARINI, 2011b, p. 112).

Aliás, no momento em que se fazem presentes essas novas temáticas, já deixando de ser mera economia exportadora, a América

Latina se converte em um centro produtor de capital por tendência geral do próprio capital em formar por todos os lugares as bases de sua circulação, os centros produtores desta e, assim, assimilá-los. Nesse sentido, “Compreender a especificidade do ciclo do capital na economia dependente latino-americana significa, portanto, iluminar o fundamento mesmo de sua dependência em relação à economia capitalista mundial.” (MARINI, 2011a, p. 154). Pois é a esta tarefa que nos voltamos mais especificamente a partir de então.

### 3 O CICLO DO CAPITAL NA ECONOMIA DEPENDENTE

O ciclo do capital e suas formas é dado pelo seguinte circuito:  $D - M... P... M' - D'$ . Nesse sentido, identificamos suas três fases como circulação, produção e circulação. Na primeira fase da circulação, que Marini (2012) chama de  $C^1$ , se estuda o capital sob a forma dinheiro que se troca por meios de produção e força de trabalho. Em sua segunda fase, que corresponde à acumulação e à produção, o capital já se encontra na forma de meios de produção e força de trabalho para realizar seu processo de valorização por meio da exploração dessa força. Por fim, sua terceira fase, que é ao mesmo tempo a segunda fase da circulação (ou  $C^2$ ), o capital já se encontra sob a forma de mercadorias contendo seu valor inicial mais o mais-valor gerado na fase da produção mediante a exploração, e precisa se realizar vendendo-se e transformando-se na sua forma dinheiro, o qual representa uma magnitude superior ao dinheiro investido no início do ciclo. É sob essa concepção teórica, derivada do Livro II **d'O Capital** de Marx, que Marini opera sua análise do ciclo do capital na economia dependente.

#### 3.1 O ciclo do capital na economia exportadora

Cabe pontuar a diferença de como se dá o ciclo do capital nas economias industriais e como este se dá na chamada economia

exportadora. Aqui se lança mão do chamado duplo caráter do trabalho (ou seja, a posição do trabalhador como produtor e consumidor) para ilustrar como sua contradição se resolve na economia industrial e na economia exportadora dependente, acabando por engendrar ciclos do capital que se diferenciam, fazendo da economia dependente possuidora de um ciclo do capital próprio que nada mais representa que a conformação da lei geral capitalista em espaço e tempo específico e determinado.

Enquanto na economia industrial, a fratura entre produção e circulação, derivada do duplo caráter do trabalho, é remediada com o barateamento das mercadorias destinadas aos trabalhadores, fato possibilitado pelo aumento da capacidade produtiva nessa economia que se orienta pela busca da mais-valia relativa, na economia dependente e exportadora, que já nasce orientada para satisfazer o mercado externo, a fratura entre produção e circulação se faz brutal, dado que para realizar as mercadorias produzidas por essa economia, não precisa-se do consumo provindo dos trabalhadores, o que torna a superexploração do trabalho sem barreiras provindas da circulação. Aliado ao fato da mão de obra abundante (exemplificada pela oferta de mão de obra indígena no México e nos fluxos migratórios europeus, que eram produtos do avançar tecnológico desse continente até o início do século XX), tem-se, então, o contexto ideal para a superexploração do trabalho.

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada à dependência em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 2011a, p. 157).

Como efeito da superexploração do trabalho, a economia dependente exportadora apresenta uma cisão no mercado interno em que suas classes

altas buscam satisfazer-se via importação, dada a incompatibilidade da produção interna (voltada essencialmente para o exterior) com o perfil de consumo dessas classes que acumulavam tamanha soma de lucros, frutos da superexploração. Enquanto isso, as classes exploradas devem contentar-se com a produção interna restringida e que não paga o valor de sua força de trabalho. Logo, destaca Marini:

A harmonia que se estabelece, no nível do mercado mundial, entre a exploração de matérias-primas e alimentos, por parte da América Latina, e a importação de bens de consumo manufaturados europeus, encobre a dilaceração da economia latino-americana, expressa pela cisão do consumo individual total em duas esferas contrapostas (MARINI, 2011a, p. 158).

### **3.2 O ciclo do capital com a industrialização**

Em Marini (2011a), a industrialização de economias dependentes se mostra, substancialmente, produto da interrupção do antigo ciclo do capital nessas economias, que refletia diretamente o ciclo do capital na economia mundial, para engendrar um novo ciclo, modificado e com relativo grau de autonomia, que, ao ter seus impactos na esfera da produção, altera a circulação e conforma um padrão novo de reprodução do capital na economia dependente. O importante a assinalar, entretanto, é que esse novo padrão de reprodução do capital continua a se pautar na superexploração do trabalho, mesmo após deixar de qualificar a economia dependente como economia exportadora e passando a designá-la como industrializada, dado que, a partir desse momento, faz da indústria seu principal eixo de acumulação.

O processo de industrialização, por sua vez, se inicia no período entreguerras com a impossibilidade da América Latina continuar a produzir para a exportação e abastecer com manufaturados as classes que vivem de mais-valia, tal qual a situação, que a qualificava como mera economia exportadora, possibilitava. O resultado imediato disso é o

redirecionamento do consumo das classes altas para a indústria interna, passando esta, então, a ter todo o incentivo para desenvolver-se.

Marini resume esse processo no seguinte trecho de **Dialética da Dependência**:

Partindo então do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalho. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical (MARINI, 2011a, p. 164).

Dois pontos aqui merecem destaque. Primeiramente, a separação que menciona Marini entre esfera alta e esfera baixa da circulação; e depois, os fatores que atuam na economia capitalista clássica que, contrapondo-se a essa separação, a limitam e fazem com que o seu processo de industrialização difira do da economia dependente. A compreensão melhor destes dois pontos que aqui destacamos é crucial para o entendimento do ciclo do capital na economia dependente já em processo de industrialização.

No que diz respeito à separação entre baixa e alta esfera, justamente por, na economia capitalista clássica, ela está calcada no aumento da capacidade produtiva, este fenômeno se faz possível de ser contornável, cabendo pontuar que ele primeiro se efetiva porque o aumento da capacidade produtiva é produto do aumento da mais-valia relativa que faz o valor da força do trabalho baixar pelo barateamento dos seus meios de reprodução. Este mecanismo, da feita que aumenta a taxa de mais-valia, aumenta o consumo das classes altas que vivem da apropriação dessa mais-valia. Ou seja, no terreno da circulação, percebe-se um aumento da alta

esfera de consumo em contraste com a redução proporcional, em relação à apropriação do total do valor produzido, das esferas mais baixas e eis que se expõe a fratura, a que se refere Marini, entre as diferentes esferas da circulação do capital, ao menos no que se refere à economia clássica.

Entretanto, a própria lógica desse mecanismo acaba por resolver suas contradições, primeiramente com o fato de que o aumento da alta esfera de consumo se realiza com o barateamento dos meios de reprodução da força de trabalho, o que significa que não diminui o consumo das classes inferiores em termos absolutos, mas somente em termos relativos ao das classes mais altas, indicando que a ligação entre essas duas esferas é distendida, mas não se rompe. Por sua vez, ajudam na resolução das contradições geradas por essa distensão a forma limitada com que se amplia o mercado mundial fruto da dificuldade em comercializar bens de luxo ou supérfluos entre nações industriais que competem no mercado internacional, e com nações que têm deprimida a demanda por esses bens, já que possuem a renda muito concentrada, fruto da superexploração do trabalho em seu território. Essa limitação básica tem como resultado a necessidade de tornar estes bens supérfluos, ou de luxo, em bens populares, o que faz com que aumente o salário real e os trabalhadores passem a consumir mais.

Por outro lado, no que se refere à economia dependente, que se industrializa a partir das bases criadas pela economia exportadora, a fratura das suas esferas de consumo, nesse contexto, prossegue a partir da fratura que já se tinha engendrada pelo ciclo do capital na economia exportadora. Nesse sentido, a industrialização da América Latina, como economia dependente, se efetiva não preocupada com o consumo de seus trabalhadores, mas preocupada em atender uma demanda existente provinda das classes altas que, como já assinalado, no entreguerras, se via impossibilitada de importar.

Aproveitando-se, então, das altas rendas acumuladas pela economia exportadora, a industrialização é capaz, por um bom tempo, de contar

com uma demanda cativa que dispensa a preocupação com os salários dos trabalhadores, posto que sua produção é independente desses salários de dois modos: primeiro, pelo fato de que, ao não compor o consumo do trabalhador, o seu valor não determina o valor da força de trabalho e, logo, não determina também a taxa de mais-valia relacionada a este último, desestimulando o capitalista de investir na produtividade de trabalho com o fim de reduzir o valor dos bens que compõem essa produção, sendo-lhe mais atrativa a superexploração; em segundo lugar, a produção faz-se independente dos salários e conduzem à superexploração, novamente, por conta deste mecanismo não constituir-se em empecilho a sua circulação, posto que a produção se destina às altas esferas de consumo e não aos trabalhadores.

### 3.3 O ciclo do capital diante do “novo anel da espiral”

Explicado, então, com base na perspectiva traçada por Marini em **Dialética da Dependência**, os fatores determinantes para a conformação desse novo ciclo próprio da economia dependente, que sofre os efeitos da industrialização, mas não deixa de pautar-se na superexploração do trabalho, cabe tecer algumas palavras sobre a nova fase da dependência, que Marini vê como “o novo anel da espiral”, e que é produto da interferência direta da tecnologia estrangeira nas economias latino-americanas como forma de aumentar a capacidade produtiva do trabalho num momento em que, nessas economias, a demanda igualava-se à oferta e surgia a necessidade de popularizar o consumo das manufaturas para que esta última continuasse sua ampliação. Os efeitos disso sobre o ciclo do capital e sobre a produção que se calca na superexploração, constituem os problemas mais atuais e pertinentes que devem se levar em conta para o desenvolvimento de uma categoria como “padrão de reprodução do capital” e para a análise do capitalismo contemporâneo com base na Teoria Marxista da Dependência.

A recorrência ao capital estrangeiro, na impossibilidade de se sustentar na mera troca comercial, se dará com base no financiamento de investimentos diretos na indústria, facilitados pela grande concentração de capital no exterior, fruto do reestabelecimento da economia mundial a partir do pós-segunda guerra, e que procurava se reproduzir de alguma forma, dada sua abundância, em territórios externos. Sua maior concentração, nesse momento, encontrava-se nos Estados Unidos, que passava a ser a nação hegemônica no planeta, deixando os países da Europa e o Japão para trás em termos de produção de capital, sobretudo máquinas e equipamentos.

Entretanto, o que mais importa assinalar aqui, para efeito de esclarecimento do que ocorre com o ciclo do capital na economia dependente, são as implicações da introdução desse capital que se acumulara no estrangeiro, caracterizado por um novo padrão tecnológico, na América Latina. Nas sociedades que se fundamentam na exploração da força de trabalho, tal como já apontara Marx em **O Capital**, e que Marini aqui o corrobora, o efeito imediato do desenvolvimento tecnológico se evidencia com a economia de força de trabalho, diminuindo a quantidade de trabalhadores empregados na esfera produtiva e, em contrapartida, aumentando as camadas sociais não produtivas. O destaque dado por Marini será, entretanto, para o fato de que tais efeitos aparecem modificados pelas condições de produção próprias do capitalismo dependente.

Pautando-se na maior exploração do trabalhador, na economia dependente, o progresso técnico intensifica o ritmo de trabalho do operário, eleva sua produtividade e, simultaneamente, sustenta a tendência a remunerá-lo abaixo do valor de sua força de trabalho, ou seja, a continuar superexplorando-o. Isso é possibilitado pelo fato de que tais aumentos de produtividade se concentram em bens que, mesmo já convertidos em bens de consumo popular nas economias capitalistas centrais, continuam a serem destinados exclusivamente para as esferas altas da circulação, não constituindo bens responsáveis pelo valor da força de trabalho na

produção. Nesse sentido, o aumento dos lucros nessa economia se pauta não no aumento da taxa de mais-valia, para o qual a diminuição do valor da força de trabalho é fundamental, mas no aumento da massa de mais-valia, no que contribui o aumento da superexploração do trabalhador.

Eis que, diante dessa situação, o ciclo do capital na economia dependente se vê com problemas de realizar-se internamente, posto que uma massa cada vez maior de produtos, devido aos ganhos de produtividade proporcionados pela introdução do capital estrangeiro, não se volta para a grande massa de trabalhadores que o produzem, já que se caracterizam por serem bens supérfluos. Segundo Marini (2011a), a saída que se apresentou para isso foi a intervenção do Estado por meio da ampliação do aparato burocrático, das subvenções aos produtores e do financiamento ao consumo supérfluo, assim como a intervenção em mecanismos de inflação, com o propósito de transferir poder de compra da esfera baixa para a esfera alta da circulação.

Sintetizando os resultados desse processo, diz Marini:

A produção baseada na superexploração do trabalho voltou a engendrar assim o modo de circulação que lhe corresponde, ao mesmo tempo em que divorciava o aparato produtivo das necessidades de consumo das massas. A estratificação desse aparato no que se costuma chamar “indústrias dinâmicas” (setores produtores de bens supérfluos e de bens de capital que se destinam principalmente para estes) e “indústrias tradicionais” está refletindo a adequação da estrutura de produção à estrutura de circulação própria do capitalismo dependente (MARINI, 2011a, p.170).

A contradição básica que esse processo engendra só está limitada pelos próprios limites da superexploração do trabalho, que agravando o problema da realização do ciclo do capital, não pode ser de todo contrabalançada pelos mecanismos de transferência de renda expostos até aqui, o que cria a necessidade da economia voltar-se para o estrangeiro, reconstruindo a velha economia exportadora que caracterizará o fenômeno do subimperialismo, porém este não será objeto desse trabalho.

#### 4 PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL, O CICLO DO CAPITAL E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Segundo Osorio (2012),

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que esses processos geram (OSORIO, 2012, p. 40-41).

É a partir dessa noção que se compreende a assertiva de Osorio (2012) ao dizer que o estudo e desenvolvimento dessa categoria, no que diz respeito à obra de Marx, deve se basear no estudo do ciclo do capital e nos esquemas de reprodução, desenvolvidos no Livro II **d'O Capital**. Na obra de Marini, no entanto, sua contribuição ao possível uso dessa categoria, para além de seu **Dialética da Dependência**, pode ser vista em seu *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital* (1979), ao realizar o estudo dos esquemas de reprodução do capital e os efeitos que a mudança na jornada, na intensidade e na produtividade do trabalho, dentro desses esquemas, causam sobre a relação valor de uso-valor e sobre a distribuição; em seu **Ciclo do capital na economia dependente** (1979), em que analisa o movimento da economia dependente no contexto do ciclo do capital dinheiro; e em seu *Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile* (1982) escrito em 1980, para fins de discussão com companheiros exilados em Cuba e publicado na publicação não periódica *Cuadernos de Cidamo*, dois anos depois. (MARINI, 2011b).

O que se retira desses escritos, de forma diretiva, capaz de conformar a noção de padrão de reprodução do capital a partir da relação que se estabelece entre o ciclo do capital e a superexploração do trabalho é que, na medida em que a circulação explica a produção e esta volta a explicar a nova circulação que engendra, o método utilizado por Marini é coerente com o percurso histórico que faz a economia dependente no desenvolvimento das leis capitalistas em seu território. Pois, o divórcio que aí se verifica entre produção e circulação, e as formas particulares que assume tal divórcio com o desenvolvimento mesmo do capitalismo dependente, é produto da superexploração do trabalho que agrava esse divórcio, levando, quando da configuração da economia industrial, essa economia a graves problemas de realização de seu ciclo (MARINI, 2011b).

Ao operar, portanto, a análise do ciclo do capital na economia dependente, diferenciando suas respectivas fases (circulação, produção e circulação), cremos que a diretriz para a conformação da noção de **padrão de reprodução do capital** dada por Marini, inicialmente, através da análise desse ciclo está de acordo com a proposição de Osorio que indica que se considere:

[...] a procedência do dinheiro que se investe (estatal, privado nacional ou privado estrangeiro); o tipo de máquinas e ferramentas que se empregam; os mercados em que se adquire; o nível de preparação requerido da força de trabalho; as formas de organização da produção (linhas de montagem, círculos de qualidade, trabalho domiciliar etc.); os valores de uso que se produzem; a quais mercados correspondem (bens-salário, bens suntuários ou bens de capital); as economias a que se dirigem os produtos; a mais-valia, o lucro e sua repartição (quanto regressa às matrizes como lucro, quanto é pago por tecnologias e patentes, quanto fica na economia local etc.); entre outros pontos relevantes (OSORIO, 2012, p. 46-47).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feito o exercício teórico de identificar as bases dos conceitos e categorias necessárias para o desenvolvimento da categoria teórica intitulada padrão de reprodução do capital segundo a concepção de Ruy

Mauro Marini, aponta-se para a necessidade de posteriores trabalhos que sigam trabalhando o desenvolvimento dessa categoria a partir dessa perspectiva, levando em conta sempre os novos determinantes da realidade atual e nunca perdendo de vista que, para obtermos conhecimento de qualquer realidade social dada, tendo em vista que ela está sempre em processo de transformação, requer-se a constante reconstrução da teoria à luz do contexto histórico vivenciado.

Nesse sentido, a tarefa fundamental, que não só a proposta teórica de Ruy Mauro, mas a Teoria Marxista da Dependência vem a cumprir é a de determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente, como espaço de conformação peculiar das leis de desenvolvimento do capital. Dessa forma, ela nos permite entender a simultaneidade do desenvolvimento e da dependência no sistema capitalista, sendo de inestimável contribuição o pensar dialético desse processo, que Marini, em particular, nos legou, desenvolvendo inclusive novos conceitos e categorias para desbravar tal realidade. Seguir esse legado de Marini, no desenvolver de novas categorias, sobretudo de mediação, como a de *padrão de reprodução do capital*, é uma tarefa que requer demasiado esforço, mas, ao mesmo tempo, se faz imprescindível para entender as novas problemáticas que nos assolam e, quiçá, propor soluções que as satisfaçam.

## REFERÊNCIAS

- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011a. p. 131-172.
- MARINI, Ruy Mauro. Memória: por Ruy Mauro Marini. *In*: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b. p. 55-128.
- MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. *In*: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 21-35.

MARINI, Ruy Mauro. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. *Cuadernos Políticos*, México D. F., **Ediciones Era**, n. 20, 1979.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre el patrón de reproducción de capital em Chile. **Cuadernos de Cidamo**. México D. F., n. 7, 1982. Disponível em: <[http://www.mariniescritos.unam.mx/061\\_reproduccion\\_capital\\_chile.html](http://www.mariniescritos.unam.mx/061_reproduccion_capital_chile.html)>. Acesso em: 3 nov. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011c, p. 173-185.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**, Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**, Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**, Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 37-86.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da Dependência: balanços e perspectivas**. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

Texto submetido em 07.08.2021.

Aceito para publicação em 20.09.2021.